

### 3. O desenvolvimento: da euforia ao desencanto

*Por quase meio século, a boa vizinhança no planeta foi concebida à luz do “desenvolvimento”. Hoje, esse farol revela suas rachaduras. Começou a desmoronar. A ideia de desenvolvimento se ergue como uma ruína na paisagem intelectual. O engano e a desilusão, os fracassos e os crimes têm sido companheiros permanentes do desenvolvimento. Contam uma mesma história: não funcionou. Além disso, desapareceram as condições históricas que possibilitaram a proeminência dessa ideia: o desenvolvimento tornou-se antiquado. Sobretudo, as esperanças e os desejos que lhe deram asas estão agora esgotados: o desenvolvimento ficou obsoleto.*

Wolfgang Sachs

Desde meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento. Apesar de a maioria das pessoas seguramente não acreditar em fantasmas, ao menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, deixou-se influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”. E é muito provável que continue assim.

Sem negar a vigência de um processo de longa data por meio do qual seres humanos buscaram satisfazer da melhor maneira suas necessidades – o que poderia ser compreendido como progresso –, assumimos que o

imperativo global do desenvolvimento se institucionalizou em 20 de janeiro de 1949. Naquele então, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ao inaugurar seu segundo mandato com um discurso no Congresso, definiu a maior parte do mundo como “áreas subdesenvolvidas”.

No “quarto ponto” de sua intervenção, afirmou:

*Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas.*

Em poucas palavras, Truman propôs um potente mandato ideológico:

*Nosso propósito teria de ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seu próprio esforço, produzam mais alimentos, mais vestimentas, mais materiais para suas casas e mais potência mecânica para aliviar suas cargas. (...) Tem de ser um esforço global para obter paz, plenitude e liberdade. Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida. (...) O velho imperialismo — exploração para benefício estrangeiro — não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática.*

Como conclusão, o chefe de Estado da primeira potência global, consciente de que os Estados Unidos e outras nações industrializadas estavam “no topo da escala social evolutiva”, como pontua o sociólogo alemão Wolfgang Sachs, anunciou que todas as sociedades teriam de percorrer a mesma trilha — o que serviria de base para a teoria das etapas do economista norte-americano Walt Whitman Rostow — e aspirariam a uma só meta: “o desenvolvimento”. E, claro, firmou as bases conceituais de outra forma de imperialismo: “o desenvolvimento”.

A metáfora do desenvolvimento obteve vigor inusitado. Transformou-se em uma meta a ser alcançada por toda a Humanidade. Converteu-se em uma exigência global que implicava a difusão do modelo de sociedade norte-americano, herdeiro de muitos valores europeus. Embora Truman certamente não estivesse ciente do que falava, nem de sua transcendência, esta seria uma proposta histórica. Para compreender melhor os porquês desta conclusão, cabe recordar, como faz o economista basco Koldo Unceta, que,

*quando Adam Smith escreveu A Riqueza das Nações, inaugurou-se de alguma forma o debate sobre o desenvolvimento que chegou até nossos dias. Anteriormente, outros pensadores — desde Kautilya, na antiga Índia, até Aristóteles, na Grécia clássica, ou Santo Agostinho, na Europa medieval — haviam teorizado sobre a conveniência de determinadas ações ou decisões na hora de se obter maior prosperidade para cidades, países e reinos, e para seus habitantes. No entanto, não seria antes do século 18 que, graças ao pensamento ilustrado, começaria a abrir caminho uma perspectiva racional e universalista sobre estas questões. Com ele, não apenas se impunha um desenvolvimento do conhecimento crescentemente emancipado da religião, mas*

também uma concepção global do mundo capaz de superar as visões particularistas mediadas por crenças locais.<sup>4</sup>

Assim, depois da Segunda Guerra Mundial, quando começava a Guerra Fria, em meio ao surgimento da ameaça e do terror nuclear, o discurso sobre “o desenvolvimento” estabeleceu – e consolidou – uma estrutura de dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido, pobre-rico, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia. Mesmo as posições mais críticas, como veremos mais adiante, assumiram como indiscutível essa dualidade.

O mundo então se ordenou para alcançar o “desenvolvimento”. Surgiram planos, programas, projetos, teorias, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento, ajuda ao desenvolvimento, capacitação e formação para o desenvolvimento, comunicação para o desenvolvimento e uma longa lista de etcéteras.

4 Para rastrear as origens do debate sobre o desenvolvimento, teríamos de regressar aos trabalhos de Adam Smith, Karl Marx e, especialmente, do economista alemão Friedrich List, quem, com seu livro *Das nationale System der Politischen Ökonomie*, de 1841, pode ser considerado um pioneiro nesta discussão. Um pouco mais próximo de nosso tempo, temos a contribuição do austríaco Joseph Schumpeter, com seu livro *Teoria do desenvolvimento econômico*, publicado no início do século 20. Schumpeter sustenta que o desenvolvimento é um fato econômico mais que social. A lista de autores que abordaram a questão depois de 1949 é longa e diversificada em enfoques e contribuições: Arthur Lewis (1955), Gunnar Myrdal (1957), Walt Wihlman Rostow (1960), Nicholas Kaldor (1961), entre muitos outros. Certamente, também haveria de incluir os dependentistas e estruturalistas, destacando o economista argentino Raúl Prebisch, para completar uma longuíssima lista de estudiosos que participaram de um dos debates mais ricos e intensos da história. Uma sugestiva caracterização de “sete escolas da economia política do desenvolvimento” se encontra em Hidalgo-Capitán (2011).

Foi em torno do “desenvolvimento”, em plena Guerra Fria, que girou o enfrentamento entre capitalismo e comunismo. Inventou-se o Terceiro Mundo, e seus membros foram instrumentalizados qual peões no xadrez da geopolítica internacional. Uns e outros, direitas e esquerdas, estabelecendo diversas especificidades e diferenças, assumiram o desafio de alcançar “o desenvolvimento”. Nos quatro cantos do planeta, as comunidades e as sociedades foram – e continuam sendo – reordenadas para adaptar-se ao “desenvolvimento”. Este se transformou no destino comum da Humanidade, uma obrigação inegociável.

Em nome do “desenvolvimento”, os países centrais ou desenvolvidos – nossos grandes referenciais – lançaram mão de operativos de interferência nos assuntos internos dos países periféricos ou subdesenvolvidos. Assim, por exemplo, registramos recorrentes ingerências econômicas por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, e inclusive ações militares para impulsionar “o desenvolvimento” dos países atrasados, protegendo-os da influência de potências rivais. Não faltaram intervenções que supostamente buscavam proteger ou introduzir a democracia como base política para o ansiado desenvolvimento.

Os países pobres, em um ato de generalizada subordinação e submissão, têm aceitado este estado de coisas desde que sejam considerados países em desenvolvimento ou em vias de desenvolvimento. No mundinho diplomático e dos organismos internacionais, não é comum falar em países subdesenvolvidos e menos ainda se aceita que sejam países empobrecidos ou periféricos pela própria busca do “desenvolvimento”. E isso quando sabemos que muitas vezes houve um processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, tal como anotou com extrema

lucidez André Gunder Frank, economista e sociólogo alemão e um dos maiores pensadores da teoria da dependência.

**Desta maneira, os países considerados atrasados aceitaram aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do “atraso” e chegar ao desejado “desenvolvimento”. Ao longo das últimas décadas, quase todos os países considerados não desenvolvidos têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram? Muito poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente “desenvolvimento”.**

Quando os problemas começaram a minar nossa fé no “desenvolvimento” e a grande teoria do desenvolvimento fez água por todos os lados, buscamos alternativas de desenvolvimento. Como aponta o sociólogo peruano Aníbal Quijano, colocamos sobrenomes ao desenvolvimento para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos pela trilha do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano,

desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. O “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas.

A América Latina desempenhou um papel importante na criação de revisões contestadoras do desenvolvimento tradicional, como o estruturalismo ou as diferentes ênfases da teoria da dependência, até chegar a outras posições mais recentes. Suas críticas foram contundentes. Suas propostas, porém, não prosperaram.

Estas posturas heterodoxas trazem contribuições consideráveis, mas também padecem de algumas limitações. Por um lado, suas propostas não conseguiram questionar seriamente os núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear e particularmente expresso em termos de crescimento econômico. Por outro lado, cada um desses questionamentos criou uma onda de revisões que não puderam somar-se e articular-se entre si. Em alguns casos, promoveram um ponto alto nas críticas e inclusive nas propostas, mas pouco depois estes esforços perderam vigor e as ideias convencionais retomaram protagonismo.

**Mais adiante, e isto é o que mais nos interessa nesta ocasião, percebeu-se que a questão não é simplesmente aceitar uma ou outra trilha para o desenvolvimento. Os caminhos ao desenvolvimento não são o**

**problema maior. A dificuldade radica no conceito. O desenvolvimento, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos subdesenvolvidos. A negação agressiva do que é próprio desses povos foi muitas vezes produto da ação direta ou indireta das nações consideradas desenvolvidas: recordemos, por exemplo, a atuação destrutiva da colonização ou das próprias políticas do FMI.**

Além disso, agora sabemos que o desenvolvimento, enquanto reedição dos estilos de vida dos países centrais, é irrepetível em nível global. Tal estilo de vida consumista e predador, ademais, está colocando em risco o equilíbrio ecológico. E, cada vez mais, marginaliza massas de seres humanos de suas supostas vantagens. Nem sequer a fome – que não é uma questão de falta de alimentos – foi erradicada do planeta. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, todos os anos se desperdiça mais de um bilhão de toneladas de alimentos – o que constitui parte da capacidade ociosa de consumo, no dizer do economista Jürgen Schuldt.

Como se não bastasse, constatou-se que o mundo vive um “mau desenvolvimento” generalizado, incluindo nos países considerados desenvolvidos. O sociólogo espanhol José María Tortosa nos alerta que

*o funcionamento do sistema mundial contemporâneo é “mau desenvolvedor” (...) É fácil entender por que: é um sistema baseado na eficiência, que tenta maximizar os resultados, reduzir custos e acumular capital incessantemente. (...) Se “vale tudo”, o problema não é dos jogadores, mas das próprias regras do jogo. Em outras palavras, o sistema mundial está mal desenvolvido graças à sua própria lógica. E é a essa lógica que devemos dirigir as atenções.*

Agora, quando múltiplas e sincronizadas crises afogam o planeta, vemos que este fantasma trouxe e continua trazendo funestas consequências. O desenvolvimento pode inclusive não ter conteúdo, mas justifica seus próprios meios e até seus fracassos. Aceitamos as regras do “vale-tudo”. Tudo é tolerado na luta para deixar o subdesenvolvimento em busca do progresso. Tudo se santifica em nome de uma meta tão alta e promissora: temos de ao menos parecer-nos com os superiores e, para chegar lá, *vale* qualquer sacrifício.

Por isso, aceitamos a devastação ambiental e social em troca de alcançar o “desenvolvimento”. Pelo desenvolvimento, para citar um exemplo, aceita-se a grave destruição humana e ecológica provocada pela megami-neração, mesmo sabendo que ela aprofunda a modalidade de acumulação extrativista herdada da colonização – e que é uma das causas diretas do subdesenvolvimento.

**Negamos inclusive nossas raízes históricas e culturais para modernizar-nos imitando os países adiantados. Assim, negamos as possibilidades de uma modernização**

**própria. O âmbito econômico, visto a partir da lógica da acumulação do capital, domina o cenário. A ciência e a tecnologia importadas normatizam a organização das sociedades. Neste caminho – de mercantilização implacável – aceitamos que tudo se compra, tudo se vende. Para que o pobre saia de sua pobreza, o rico estabeleceu que, para ser como ele, o pobre deve agora pagar para imitá-lo: comprar até seu conhecimento, marginalizando suas próprias sabedorias e práticas ancestrais.**

Em resumo, o caminho percorrido desde o pós-guerra foi complexo. Os resultados obtidos não são satisfatórios. Em projeção global, o “desenvolvimento”, como anotou Aníbal Quijano, converteu-se em

*um termo de desgraçada biografia. (...) Desde a Segunda Guerra Mundial, mudou muitas vezes de identidade e sobrenome, dividido entre um consistente reducionismo economicista e as insistentes reivindicações de todas as outras dimensões da existência social: ou seja, entre interesses de poder muito diferentes. E foi acolhido com fortuna muito desigual nos distintos tempos de nossa cambiante história. No início, foi, sem*

*dúvida, uma das propostas mais mobilizadoras da segunda metade do século. Suas promessas arrastaram todos os setores da sociedade e, de algum modo, acenderam um dos mais densos e ricos debates de toda nossa história, mas foram eclipsando em um horizonte cada vez mais esquivo, e seus seguidores acabaram enjaulados pelo desencanto.*

Wolfgang Sachs já havia sido preciso sobre o tema:

*Os últimos quarenta anos podem ser denominados como a era do desenvolvimento. Esta época está chegando ao fim. Chegou o momento de escrever seu obituário. Como um majestoso farol que guia os marinheiros à costa, o “desenvolvimento” foi a ideia que orientou as nações emergentes em sua jornada ao longo da história do pós-guerra. Sob democracias ou ditaduras, os países do Sul proclamaram o desenvolvimento como aspiração primária depois de terem sido libertados da subordinação colonial. Quatro décadas mais tarde, governos e cidadãos ainda estão com os olhos fixos nesta luz, que agora cintila tão longe como sempre: todo esforço e todo sacrifício se justificam para alcançar a meta, mas a luz continua distanciando-se na escuridão.*

Quando é evidente a inutilidade de seguir correndo atrás do *fantasma do desenvolvimento*, emerge com força a busca de alternativas ao desenvolvimento, ou seja, de formas de organizar a vida fora do desenvolvimento, superando o desenvolvimento e, em especial, rechaçando aqueles núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como a realização do conceito de progresso que nos foi imposto há séculos. Isso necessariamente implica superar o capitalismo e suas lógicas de devastação social e ambiental, o que nos abre as portas ao pós-desenvolvimento e, claro, ao pós-capitalismo.

Aceitemos: para a maioria dos habitantes do planeta, o capitalismo não representa uma promessa ou sonho: é um pesadelo realizado.

Levou muito tempo para, como Wolfgang Sachs, começarmos a dizer “adeus à defunta ideia a fim de esclarecer nossas mentes para novas descobertas”. De todas as formas, ainda quando “a ideia de desenvolvimento é já uma ruína em nossa paisagem intelectual, (...) sua sombra (...) escurece nossa visão”, explica o agrônomo brasileiro José de Souza Silva. Apesar do fracasso da economia autorregulada dos liberais, ainda há quem acredite ser possível “voltar ao desenvolvimento”, como aponta o economista mexicano Jaime Ornelas Delgado, procurando uma revisão crítica do que significa desenvolvimento enquanto proposta de origem colonial.

Mesmo sabendo que o desenvolvimento é antiquado, sua influência ainda nos pesará por longo tempo. Assumamos, não como consolo, que escaparemos do desenvolvimento – e do capitalismo – arrastando muitas de suas correntes, e que será um caminho longo e tortuoso, com avanços e retrocessos, cuja duração e solidez dependerá da ação política para assumir o desafio.

É fundamental levar em conta que, na matriz do próprio capitalismo, estão surgindo alternativas para superá-lo. Em seu seio existem muitas experiências e práticas do Bem Viver, entendido em termos amplos, que podem se transformar no germe de outra civilização.

### **Civilizado-selvagem, uma dicotomia perversa**

Se a ideia de desenvolvimento está em crise “em nossa paisagem intelectual”, necessariamente devemos questionar

também o conceito de progresso, que emergiu com força há uns quinhentos anos na Europa. Os elementos substanciais da visão dominante imposta pelo desenvolvimento nutrem-se dos valores impostos pelo progresso civilizatório europeu, extremamente expansionista, influente e destrutivo.

A partir de 1492, quando a Espanha invadiu com uma estratégia de dominação para a exploração a região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser,<sup>5</sup> que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da Modernidade.

Para cristalizar o processo expansionista, a Europa consolidou uma visão que colocou o ser humano figurativamente falando por fora da Natureza. Definiu-se a Natureza sem considerar a Humanidade como sua parte integral, desconhecendo que os seres humanos também somos Natureza. Com isso, abriu-se o caminho para dominá-la e manipulá-la.

Francis Bacon (1561-1626), célebre filósofo renascentista, resumiu esta ansiedade em uma frase, cujas consequências vivemos na atualidade, ao reivindicar que “a ciência torture a Natureza assim como faziam os inquisidores do Santo Ofício com seus réus, para conseguir revelar até o último de seus segredos”.

5 Entre os críticos da colonialidade, destacamos Aníbal Quijano, Boaventura de Sousa Santos, José de Souza Silva, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Enrique Leff, Francisco López Segrera e Alejandro Moreano.

Não foi apenas Bacon. Também René Descartes (1596-1650), um dos pilares do racionalismo europeu, considerava que o universo é uma grande máquina submetida a leis. Tudo acabava reduzido a matéria e movimento. Com esta metáfora, ele fazia referências a Deus como o grande relojoeiro do mundo, encarregado não apenas de “construir” o universo, mas também de mantê-lo em funcionamento. E, ao analisar o método da incipiente ciência moderna, dizia que o ser humano deve converter-se em dono e possuidor da Natureza. Desta fonte cartesiana se nutriram outros filósofos que influenciaram o desenvolvimento das ciências, da tecnologia e das técnicas.

Esta visão de dominação tem também profundas raízes judaico-cristãs. A Bíblia contém vários trechos que exigem dos seres humanos responsabilidade com a Natureza, mas uma passagem do Gênesis (1: 26-28) estabelece:

*E disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.” E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: “Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra.”*

No terreno prático, Cristóvão Colombo, com sua histórica viagem, sentou as bases da dominação colonial, com consequências indubitavelmente presentes até os dias de hoje. Colombo buscava recursos naturais, especialmente especiarias, sedas, pedras preciosas e ouro. Segundo Colombo, que chegou a mencionar o metal

precioso 175 vezes em seu diário de viagem, “o ouro é excelentíssimo; do ouro se faz tesouro e, com ele, quem o possui, faz o que quiser no mundo, e chega inclusive a levar as almas ao paraíso”.

Colombo abriu as portas para a conquista e a colonização. Com elas, em nome do poder imperial e da fé, iniciou-se uma exploração impiedosa de recursos naturais e seres humanos, com o conseqüente genocídio de muitas populações indígenas.

O desaparecimento de povos inteiros – mão de obra barata e subjugada – foi “compensado” com a incorporação de escravos provenientes da África: escravos que logo dariam uma importante contribuição ao processo de industrialização, como reconheceria Karl Marx em 1846:

*Sem a escravidão, não teríamos a indústria moderna. Foi a escravidão que deu às colônias o seu valor, foram as colônias que criaram o comércio mundial, é o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da maior importância.*

Desde então, para sentar as bases do mercado global, forjou-se um esquema extrativista de exportação de Natureza nas colônias em função das demandas de acumulação do capital nos países imperiais, os atuais centros do então nascente sistema capitalista.

Simultaneamente, impôs-se o progresso tecnológico, assumido como um elemento a serviço da Humanidade. Desde então, pouco se falou sobre suas contradições: desigualdade social, degradação ambiental, desemprego e subemprego, além de outras injustiças que colocam em perigo a continuidade da vida no planeta.

**Sem ignorar as vantagens que podem ser obtidas com os avanços tecnológicos, queremos superar as visões ingênuas e até mesmo simplórias com que são recebidos estes “avanços”. E, sem negar os elementos positivos da ciência e da tecnologia, há que se compreender o que representam os elementos fundacionais das ideias ainda dominantes de progresso e civilização: ideias que amamentaram o desenvolvimento, convertendo-o em uma ferramenta neocolonial e imperial.**

Em outra linha de análise, hoje em dia tudo indica que o crescimento material infinito poderá culminar em suicídio coletivo. Basta ver os efeitos de um maior aquecimento da atmosfera ou da deterioração da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação de solos ou da acelerada desapareção dos espaços de vida das populações tradicionais.

Portanto, tem razão o sociólogo uruguaio Eduardo Gudynas quando conclui que não existe futuro para a acumulação material mecanicista e interminável de bens, apoltronada no aproveitamento indiscriminado e crescente da Natureza.

O limite dos estilos de vida sustentados nesta visão ideológica de progresso clássico é cada vez mais notável e preocupante. A exploração dos recursos naturais não pode mais ser vista como uma condição para o crescimento econômico. Tampouco pode ser um simples objeto das políticas de desenvolvimento.

A Humanidade, não apenas nos países empobrecidos, encontra-se em uma encruzilhada. A promessa feita há mais de cinco séculos em nome do progresso – e “reciclada” há mais de seis décadas em nome do desenvolvimento – não se cumpriu. E não se cumprirá.

### **O desenvolvimento e seus sobrenomes**

A partir da década de 1960, especialmente, apareceram posições e visões críticas ao desenvolvimento no terreno econômico, social e, mais tarde, ambiental. A América Latina contribuiu com potentes leituras contestadoras – o estruturalismo e a teoria da dependência, por exemplo.

No entanto, como já dissemos, estas posturas heterodoxas não conseguiram questionar seriamente os núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear e expresso em termos de crescimento econômico. Cada um desses questionamentos suscitou uma onda de revisões que não puderam somar-se e articular-se entre si. Em alguns casos, provocaram um ponto alto nas críticas e inclusive nas propostas, mas não conseguiram transformar-se em ferramenta superadora do *status quo*.

Com o crescimento da pobreza no mundo – ou seja, com o fiasco da grande teoria global do

desenvolvimento —, começou-se a repensar suas ferramentas e seus indicadores, mas não seu conceito. Igualmente, foram apresentadas, uma atrás da outra, como já dissemos, teorias do desenvolvimento, em uma desenfreada corrida por oferecer ao processo um marco conceitual que permitisse sua realização. A lista de aproximações teóricas é muito longa.<sup>6</sup> Aqui se mencionam apenas algumas contribuições.

O conceito de “desenvolvimento humano”, baseado principalmente nas ideias do economista indiano Amartya Sen, foi proposto nos anos 1990. Possibilitou a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, que abriu as portas à construção de indicadores de diversa índole orientados a ampliar as leituras do desenvolvimento. Apegado à proposta de Sen, o IDH busca medir o desenvolvimento de uma maneira mais complexa, entendendo-o como um processo de ampliação de oportunidades e capacidades das pessoas — e não apenas como um aumento da utilidade e da satisfação econômica. Não se contabiliza apenas o crescimento, mas também outros elementos dignos de valorização: saúde, educação, igualdade social, preservação da Natureza, igualdade de gênero etc.

Não há dúvida de que estas avaliações multicriteriais enriquecem o debate sobre a qualidade de vida e as questões ambientais. Porém, não superam as raízes predatórias e concentradoras do desenvolvimento.

Outra contribuição substantiva foi o “desenvolvimento em escala humana”, dos chilenos Manfred Max-Neef, Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn, que, em 1986, propuseram uma matriz que engloba nove necessidades humanas básicas “axiológicas”: subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, criação, diversão, identidade e

6 Recomenda-se o livro de Jürgen Schuldt, *Desarrollo a escala humana y de la naturaleza* (2012), que propõe uma leitura complexa e crítica do desenvolvimento e suas limitações.

liberdade; e quatro necessidades “existenciais”: ser, ter, fazer e estar. A partir da leitura desta matriz, propõe-se a construção de indicadores subjetivos que sejam capazes de permitir o diagnóstico, a planificação e a avaliação da relação entre necessidades axiológicas e existenciais.

Nesta linha de reflexão, poderíamos incorporar o “desenvolvimento sustentável”, entendido como aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras, para que elas, assim, tenham condições de atender a suas próprias necessidades. Este conceito desatou intensos debates, preparando o terreno para alguns indicadores e mecanismos de medição da sustentabilidade: débil, forte e, ultimamente, superforte.

Neste empenho, construíram-se outros índices, procurando revitalizar o “desenvolvimento”. Por exemplo, o Índice de Capacidades Básicas, da organização Social Watch, propõe uma forma alternativa não monetária de medir pobreza e bem-estar, baseada em capacidades básicas indispensáveis para a sobrevivência e a dignidade das pessoas. O índice é calculado como a média de três indicadores: mortalidade de crianças menores de cinco anos; saúde reprodutiva ou materno-infantil, que se mede pelo número de partos atendidos pelo pessoal especializado; e educação, que se mede com uma combinação da matrícula no ensino primário, a proporção de crianças que chegam à quinta série e a taxa de alfabetização de adultos.

Outra formulação muito interessante é o Índice de Bem-Estar Econômico e Social, proposto pelos norte-americanos Herman Daily e John Cobb em 1989, que corrige o Produto Interno Bruto (PIB) por desigualdades, trabalho doméstico e depreciação do capital natural. Os parâmetros são um pouco arbitrários, apenas

convencem os convencidos, mas é interessante observar que o índice mostra uma tendência à deterioração em muitos países desde 1970, justamente muitos daqueles que mostram cifras crescentes de PIB.

A felicidade também encontrou um lugar nestes esforços. O Índice do Planeta Feliz, criado pela organização britânica The New Economics Foundation, se baseia em três indicadores: esperança de vida ao nascer, satisfação com a vida (bem-estar subjetivo) e pegada ecológica. O Índice do Planeta Feliz trata de identificar como a dotação e o consumo dos recursos naturais intervêm no bem-estar das pessoas. Uma de suas mais destacadas conclusões é que não necessariamente o país com maior tendência ao consumo é o que apresenta maior bem-estar social, e que é possível ter altos níveis de bem-estar subjetivo sem excessivo consumo.<sup>7</sup>

Em 2008, o governo francês criou a Comissão para a Medição de Desempenho Econômico e Progresso Social, formada pelos prestigiosos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi. Esta comissão estabeleceu recomendações para construir indicadores que permitam medir o progresso social, agrupando-os em quatro grandes segmentos: bem-estar material, qualidade de vida, meio ambiente e sustentabilidade.

Só faltaria mencionar o índice de Felicidade Interna Bruta, elaborado pelo Butão, país asiático onde se fazem esforços dignos de ser conhecidos e analisados para seguir enriquecendo o debate. Aliás, por trás deste índice há toda uma concepção de vida que merece ser adequadamente compreendida, posto que estaria inspirada em conceitos que poderíamos assumir como próprios do Bem Viver.

<sup>7</sup> Aqui cabem reflexões sobre a economia da felicidade. Ver, por exemplo, em Schuldt (2004). A felicidade, vista de distintas aproximações do Bem Viver, despertou muito interesse nestes últimos anos. Como exemplo, podemos mencionar o livro de Guillermo Rojas Quiceno (2013).

Antes de concluir essa brevíssima lista, não podemos deixar de dizer que os indicadores muitas vezes acabam por cercear ideias inovadoras. Assim, de alguma maneira, as Nações Unidas, ao institucionalizarem o desenvolvimento humano em um único indicador, mataram seu potencial transformador. Algo similar pode estar ocorrendo com o indicador da felicidade – e poderia acontecer também com o Bem Viver.

Todos os esforços por sustentar o conceito de desenvolvimento não renderam os frutos esperados. A confiança no desenvolvimento – enquanto processo planejado para superar o atraso – fissurou-se nas décadas de 1980 e 1990. Isso ajudou a abrir as portas às reformas de mercado de inspiração neoliberal, em que a busca pelo desenvolvimento devia dar lugar às pretensamente todo-poderosas forças do mercado. Sem a “perniciosa” ingerência do Estado, o desenvolvimento surgiria espontaneamente. O neoliberalismo, porém, não superou a teoria do progresso em suas raízes coloniais. Pelo contrário, reproduziu e reproduz uma visão rejuvenescida das velhas perspectivas hegemônicas do Norte global.

O neoliberalismo encontrou rapidamente seus limites na América Latina – muito antes do previsto por seus defensores. Uma vez mais, a partir de finais dos anos 1990, os questionamentos ao desenvolvimento convencional, sobretudo em sua vertente neoliberal, afloraram com força. As posturas neoliberais naufragaram. Seu estrondoso fracasso econômico agudizou os conflitos sociais e os problemas ambientais, exacerbando as desigualdades e as frustrações. Então, redobrou-se a busca de alternativas como reação ao reducionismo de mercado.

Apesar desses esforços de mudança e reajustes, no início do século 21 o esgotamento do desenvolvimento

foi mais acelerado que nas décadas anteriores. Isso contribuiu com mudanças políticas em vários países da região, cuja expressão mais nítida foi a ascensão do “progressismo” sul-americano. Como anota Eduardo Gudynas, estes governos, sem serem conservadores ou neoliberais, não são de esquerda em sentido estrito. Por isso, seria melhor assumi-los como regimes “progressistas”. Os processos são diversos, mas em todos eles se compartilha um rechaço ao reducionismo neoliberal. Busca-se o reencontro com os setores populares, a defesa do protagonismo do Estado e ações mais enérgicas para reduzir a pobreza.

Alguns países latino-americanos começaram a transitar paulatinamente por uma trilha pós-neoliberal, em que se destaca o retorno do Estado ao manejo econômico. No entanto, as mudanças em andamento não são compatíveis com um processo pós-desenvolvimentista e pós-capitalista. Tampouco são suficientes para deixar definitivamente no passado o neoliberalismo. Mantém-se a modalidade de acumulação de origem colonial, dominante durante toda a época republicana, com um trânsito do extrativismo tradicional a um neoextrativismo.<sup>8</sup> O núcleo básico desenvolvimentista persiste no século 21.

**Será possível escaparmos do fantasma do desenvolvimento? A grande tarefa, sem dúvida, é construir não apenas novas utopias, mas também a possibilidade de imaginá-las,**

8 Recorrendo-se às palavras de Eduardo Gudynas, “utiliza-se o rótulo de extrativismo no sentido amplo para as atividades que removem grandes volumes de recursos naturais, que não são processados (ou que o são limitadamente) e passam a ser exportados”.

**tendo o pós-capitalismo – e não apenas o pós-neoliberalismo – como o horizonte.**

Neste contexto de críticas e construções alternativas, os povos indígenas ganharam protagonismo. Suas ideias incluem questionamentos práticos e conceituais ao desenvolvimento. Mesmo tendo sido invisibilizados, marginalizados ou abertamente combatidos, seus valores, experiências e práticas atravessaram toda a Conquista, a Colônia e a República. E continuam presentes, com força renovada.

As propostas originárias emergiram em um momento de crise generalizada do Estado-nação, oligárquico e de raiz colonial, graças à crescente capacidade organizativa e programática dos movimentos indígenas e populares. Sua irrupção como vigorosos sujeitos políticos explica a emergência das ideias paradigmáticas do Bem Viver. Neste cenário também começaram a se consolidar os questionamentos e as alternativas ecologistas, muitas delas em linha com a visão das harmonias com a Natureza que caracteriza o Bem Viver.

É importante ressaltar que em toda a Amazônia, e não apenas nas regiões andinas, há grupos indígenas que mantêm relações harmoniosas com a Natureza e, por certo, dentro de suas comunidades. Estas vivências tampouco se circunscrevem às regiões amazônicas de Equador e Bolívia. Aqui há um enorme potencial que deve ser explorado e aproveitado.

A comunidade indígena, em termos amplos, tem um projeto coletivo futuro. A utopia andina e amazônica se manifesta no discurso indígena, em seus projetos políticos e em suas práticas sociais e culturais, inclusive econômicas. Estas visões, como explicaremos adiante, não

são excludentes, já que reconhecem as contribuições dos diferentes grupos sociais, mas conferem um peso específico fundamental à singularidade cultural destes grupos sociais periféricos e marginalizados pela Modernidade.

Quando falamos do Bem Viver, propomos, primeiramente, uma reconstrução utópica do futuro a partir da visão andina e amazônica. No entanto, esta aproximação não pode ser excludente ou produzir visões dogmáticas. Deve complementar-se e ampliar-se, necessariamente, incorporando outros discursos e outras propostas provenientes de diversas regiões do planeta espiritualmente aparentadas em sua luta por uma transformação civilizatória.